



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS DIVERSAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS

SEMINÁRIO ESTADUAL SISTEMA DE JUSTIÇA E SUAS

Necessidades humanas



**Problematizadas e Transformadas pelo
Estado**

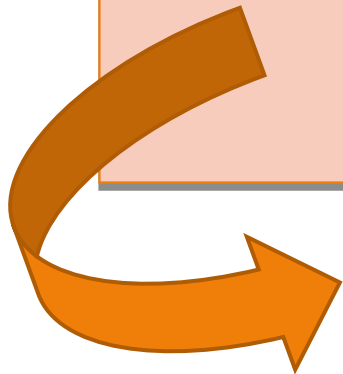


Direitos



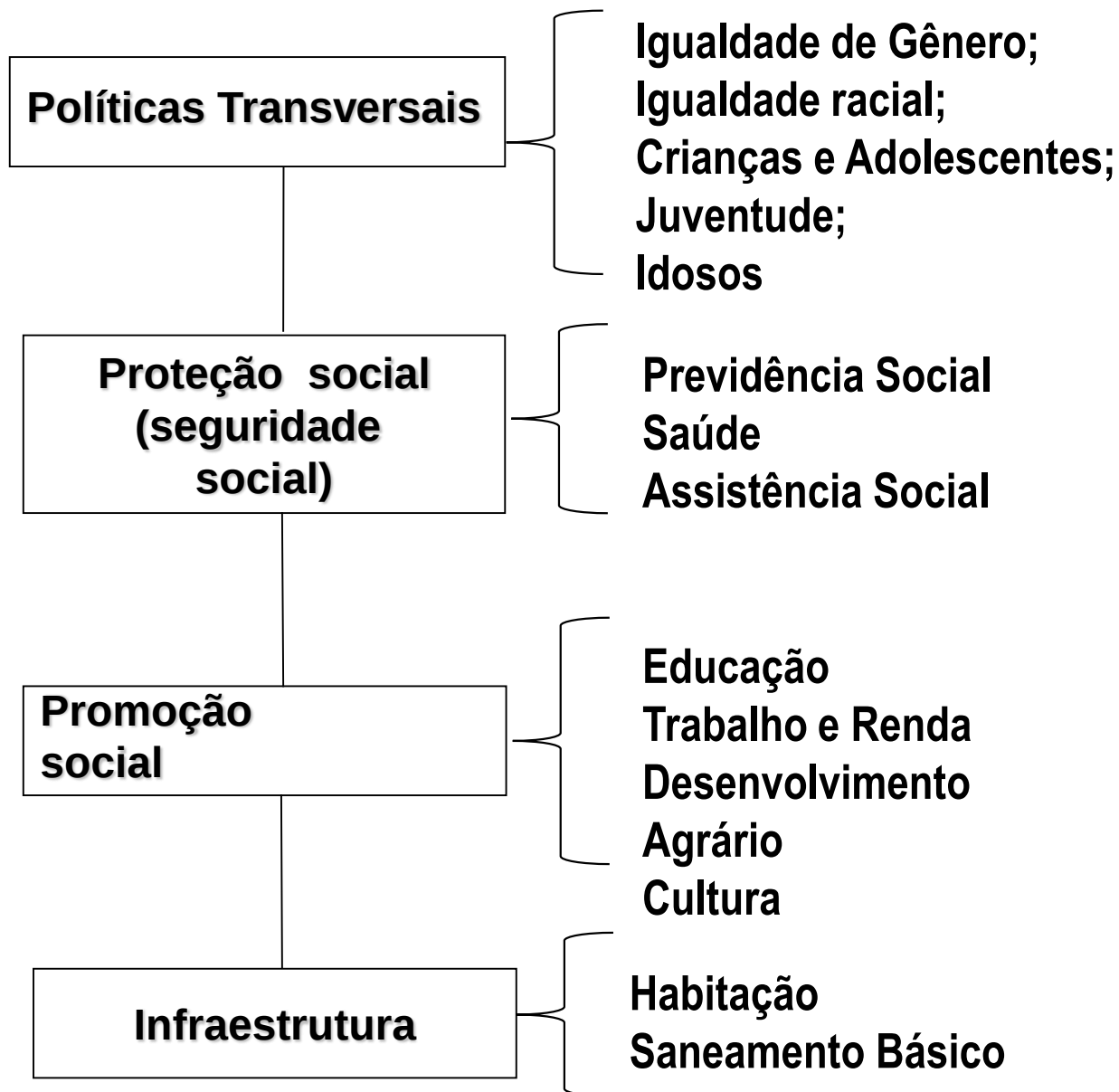
Políticas Públicas

(Pereira, P. A. P., 2006)



PROTEÇÃO SOCIAL

Proteção Social – Políticas Sociais



Papel da Política de Assistência Social na Proteção Social Brasileira

- ❑ *Direito do cidadão e dever do Estado*
- ❑ *Política de Seguridade Social não contributiva*
- ❑ *Atendimento às necessidades básicas*
- ❑ *Realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.*

(Art. 1º, LOAS)

- ❑ **SEGURANÇA DE RENDA E AUTONOMIA**
- ❑ **SEGURANÇA DE CONVÍVIO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL**
- ❑ **ACOLHIDA**

FEDERALISMO BRASILEIRO E ARRANJO FEDERATIVO DO SUAS



FEDERALISMO BRASILEIRO (CF de 1988)

UNIÃO ➡ responsável pela coordenação geral e diretrizes nacionais das políticas públicas. Papel crucial de arrecadação fiscal e de distribuição de impostos na forma das transferências obrigatórias e voluntárias.

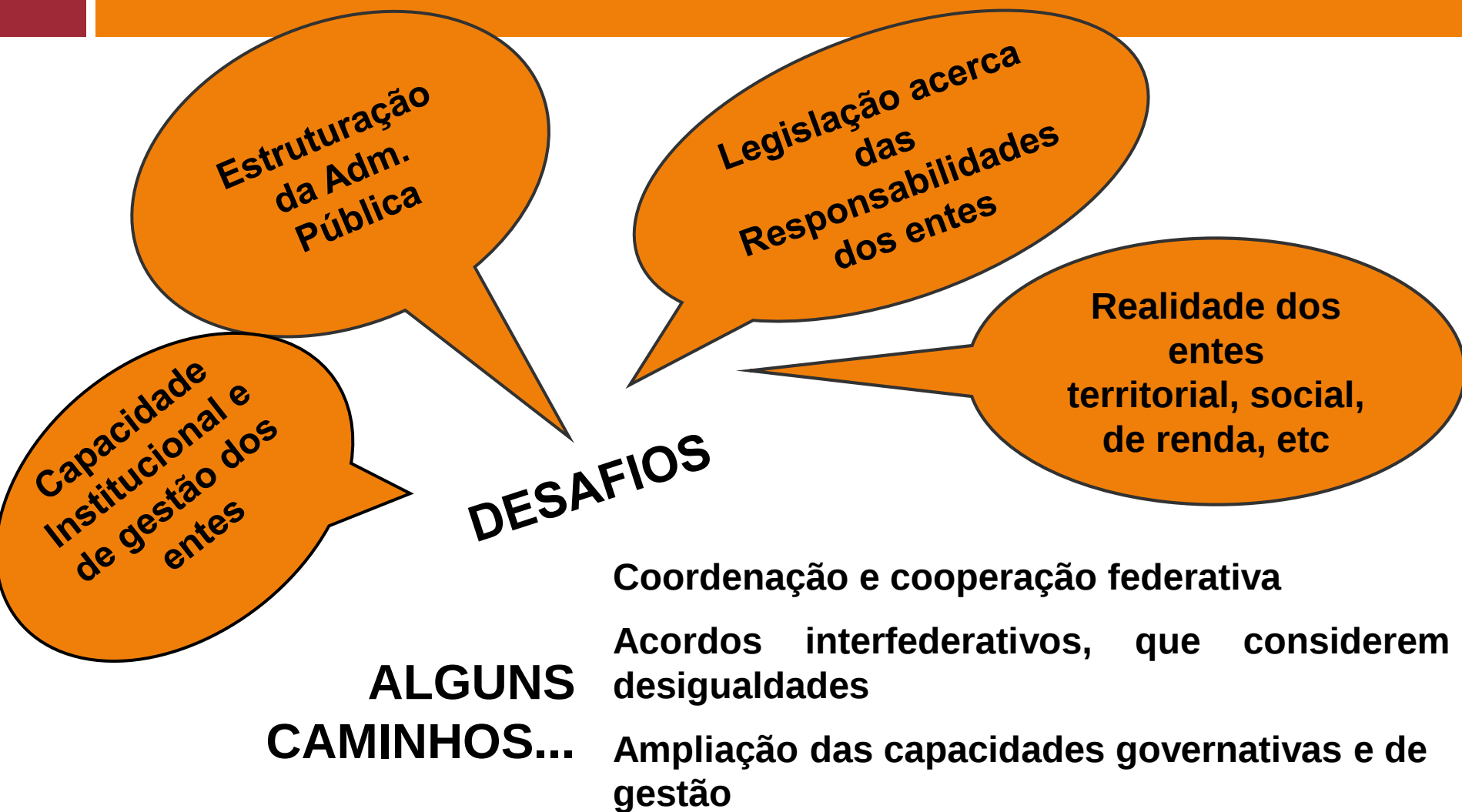
ESTADOS ➡ apoio à prestação de serviços e à execução das políticas sociais. Desempenham papel importante na arrecadação de impostos e no cenário político.

MUNICÍPIOS ➡ principais agentes de execução das políticas públicas. Atores de peso no arranjo político. Papel crucial na implementação da prestação de serviços públicos.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO FEDERALISMO BRASILEIRO PÓS CF DE 1988

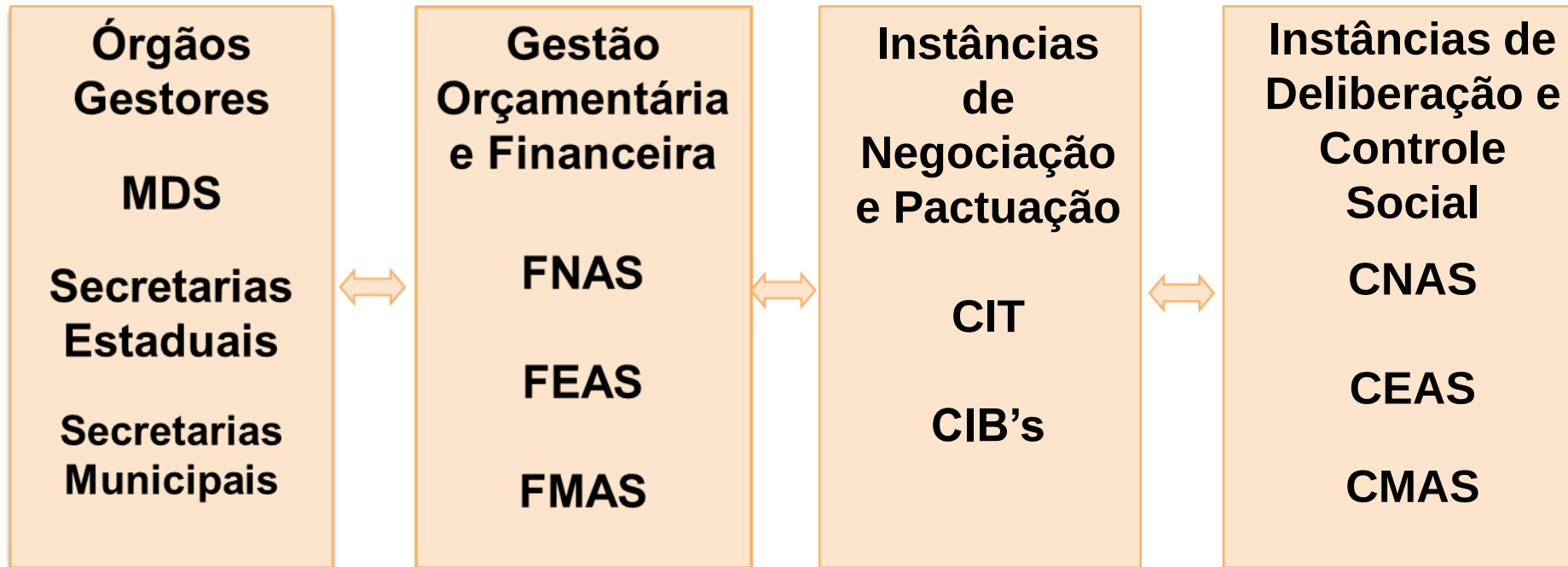
- Entes federados com autonomia administrativa, normativa, política e competência tributária.
- Predomínio de políticas descentralizadas, incluindo a Assistência Social.
- Descentralização viabilizada pela adesão do nível subnacional, o que exige negociações interfederativas.
- Papel estruturante das transferências de recursos da União.
- Gastos e serviços executados de forma preponderante pelos municípios.

Heterogeneidade e Desigualdades dos Entes



ARRANJO FEDERATIVO DO SUAS:

Organização do Sistema



Rede de Serviços Governamentais e Não-Governamentais

Destinatários / Usuários

ARRANJO FEDERATIVO DO SUAS

COMPETÊNCIAS DOS ENTES (LOAS e NOB/SUAS)

COMPETÊNCIAS COMUNS

- ☐ **Coordenação e gestão da política em seu âmbito de abrangência** (planejamento, monitoramento e avaliação; gestão do RH e financeira; regulação, etc);
- ☐ **Cofinanciamento de Serviços, Programas, Projetos e Gestão do SUAS.**

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

UNIÃO

- ☐ Parâmetros Nacionais;
- ☐ Financiamento do BPC e PBF;
- ☐ Apoio técnico;
- ☐ Apoio as ações em casos de calamidade pública e emergência.

ESTADOS

- ☐ Cofinanciamento dos Benefícios Eventuais;
- ☐ Apoio Técnico e Capacitação;
- ☐ Ofertas regionalizadas;
- ☐ Ações em caso de calamidade pública e emergência.

MUNICÍPIOS

- ☐ Implantação: Execução de Serviços e Programas
- ☐ Regulamentação e cofinanciamento dos Benefícios Eventuais;
- ☐ Ações em caso de calamidade pública e emergência.

Arranjo Federativo do SUAS:

Modelo de financiamento (A partir da NOB SUAS 2005)

Benefícios Assistenciais

Serviços

Programas e Apoio à Gestão

Projetos

Diretamente
aos
destinatários

Transferência
Fundo a Fundo,
regular e
automática,
com repasse
continuado

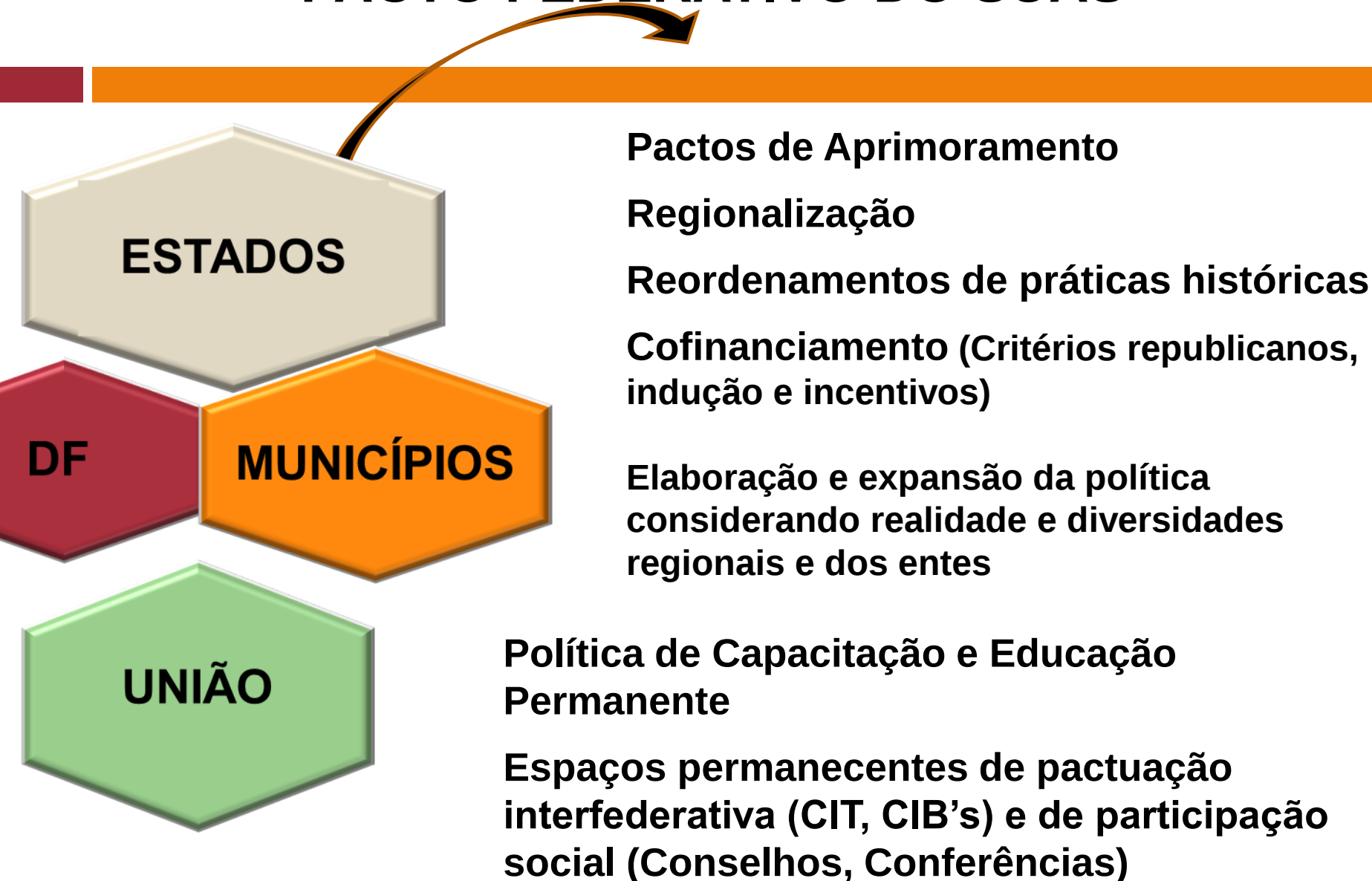
Transferência
Fundo a
Fundo,
regular e
automática

Transferência
Voluntária
(Convênios)

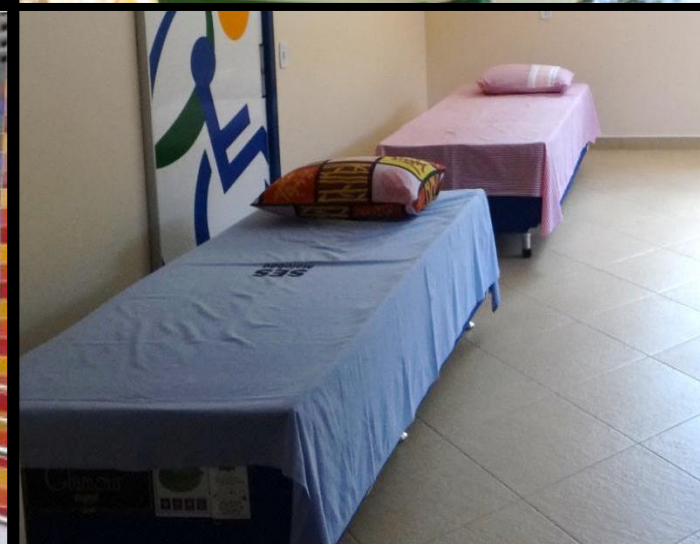
União: BPC e PBF
Eventuais:
Estados e
Municípios

**Corresponsabilidade dos entes
federados**

INICIATIVAS ADOTADAS PARA FORTALECER O PACTO FEDERATIVO DO SUAS



A REDE DE ATENDIMENTO DO SUAS



ORGANIZAÇÃO DO SUAS POR PROTEÇÃO

Proteção Social Básica	Proteção Proativa (Prevenção) Fortalecimento de vínculos
Proteção Social de Média Complexidade	Acompanhamento Especializado Prevenção da institucionalização e de outros agravos
Proteção Social de Alta Complexidade	Acolhimento Personalizado Resgate do convívio

Proteção Social Básica

- ❑ CRAS;
- ❑ Lanchas da Assistência Social;
- ❑ Unidades Referenciadas ao CRAS;
- ❑ Benefícios Socioassistenciais;

Proteção Social Especial

- ❑ CREAS;
- ❑ Unidades Referenciadas ao CREAS;
- ❑ Centro POP;
- ❑ Unidades de Acolhimento;

PROGRAMAS QUE ARTICULAM AÇÕES INTERSETORIAIS:

Acesso ao trabalho, de beneficiários do BPC à Escola e Trabalho

CRAS: EQUIPE DE REFERÊNCIA

PEQUENO PORTE I	PEQUENO PORTE II	MÉDIO, GRANDE, METRÓPOLE E DF.
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	Até 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior (1 AS e 1 psi)	3 técnicos de nível superior (2 AS e 1 psi).	4 técnicos de nível superior (2 AS, 1 psi. e 1 profissional do Suas).
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	4 técnicos de nível médio

CREAS: EQUIPE DE REFERÊNCIA

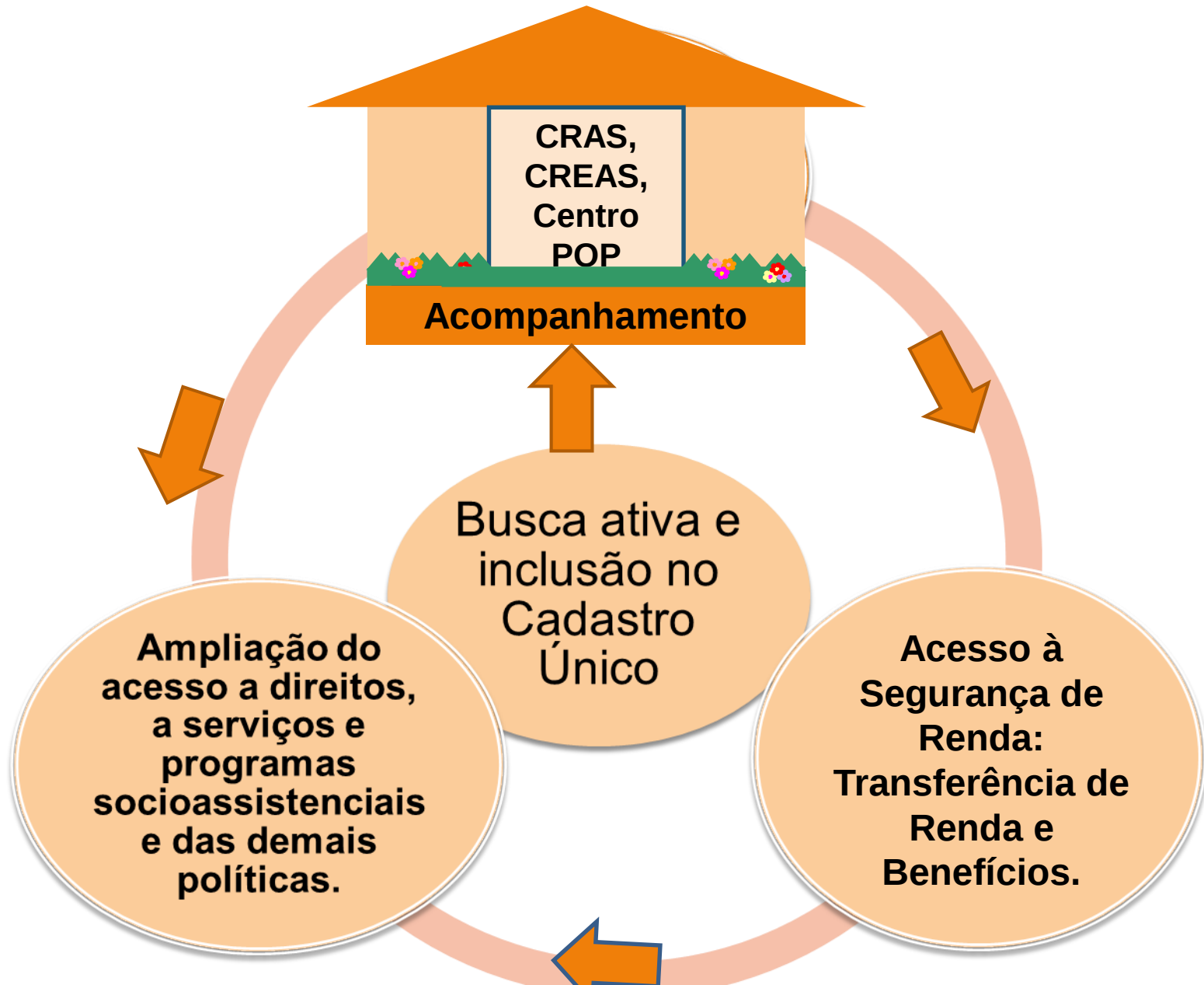
PORTE	NÍVEL DE GESTÃO	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	EQUIPE DE REFERÊNCIA
Pequeno Porte I, II e Médio Porte	Gestão inicial, básica ou plena	No mínimo 50 famílias/ind.	1 coordenador 1 AS, 1 psic, 1 adv, 2 profissionais (nível superior ou médio) 1 auxiliar administrativo
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão inicial, básica ou plena	No mínimo 80 famílias/ind.	1 coordenador 2 AS, 2 psi, 1 adv, 4 profissionais (nível superior ou médio) 2 auxiliares administrativos

**INICIATIVAS PARA ATENDER
ESPECIFICIDADES DE
PÚBLICOS E TERRITÓRIOS**

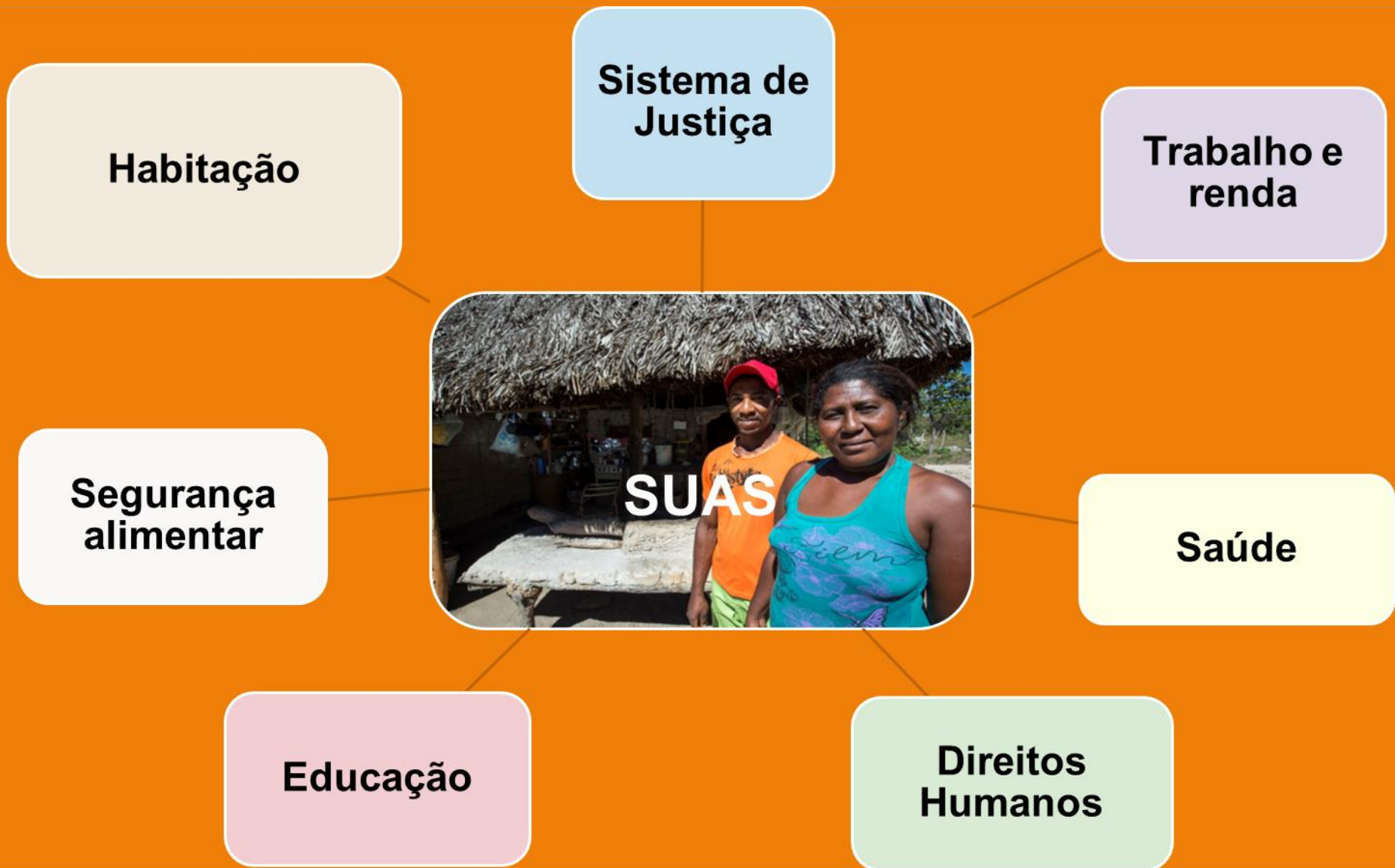
**Lanchas e Equipes
Volantes**



Trabalho Social com Famílias: Integração entre Transferência de Renda, Benefícios e Serviços



TRABALHO SOCIAL E INTERSETORIALIDADE



TRABALHO SOCIAL: IMPACTOS ESPERADOS

Rede

Acesso a direitos e serviços públicos (AS, Saúde, Educação, Habitação, Renda);
Inclusão no mundo do trabalho
Acesso à Justiça

Relações

Autonomia, autoestima,
Relacionamentos intrafamiliares,
Projetos de vida, redes sociais de apoio

Cidadania

Consciência da realidade social
Participação social
Protagonismo

Território

Acesso a Esporte, Cultura e Convívio
Coletivização das demandas e de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades e riscos

10 ANOS DE SUAS: alguns resultados e desafios atuais para a política de Assistência Social



PROPOSTA DE UM NOVO MODELO DE ATENÇÃO, COM MUDANÇAS

- De concepção (Assistencialismo X Direito)
- Nas provisões
- Na sistemática de cofinanciamento e de partilha de recursos (transparentes, republicanas)
- Nas competências dos entes federativos e nas relações interfederativas
- Na participação e no controle social

RÁPIDA EXPANSÃO DO SISTEMA

- Rede de Atendimento presente em praticamente todos os municípios;
- Amplo alcance: provisões alcançam cerca de 60 milhões de brasileiros (estimativa considerando PBF e BPC);
- capacidade de referenciamento de 30 milhões de famílias no CRAS

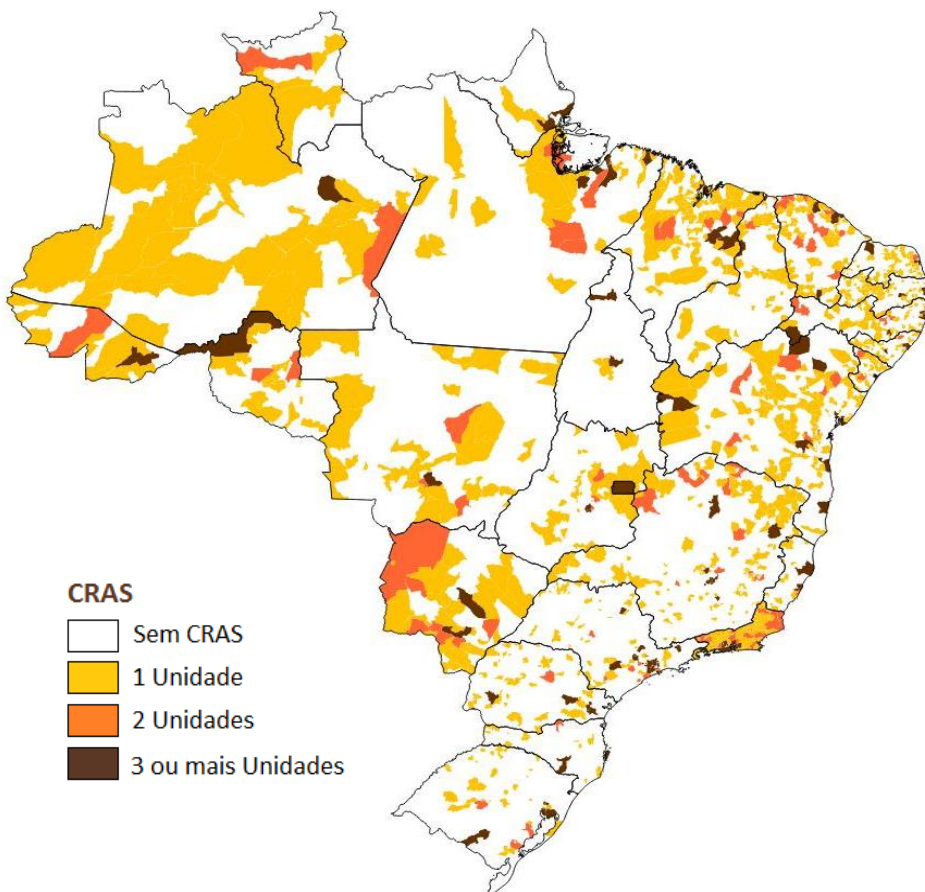
CRAS

2005: 24,5%

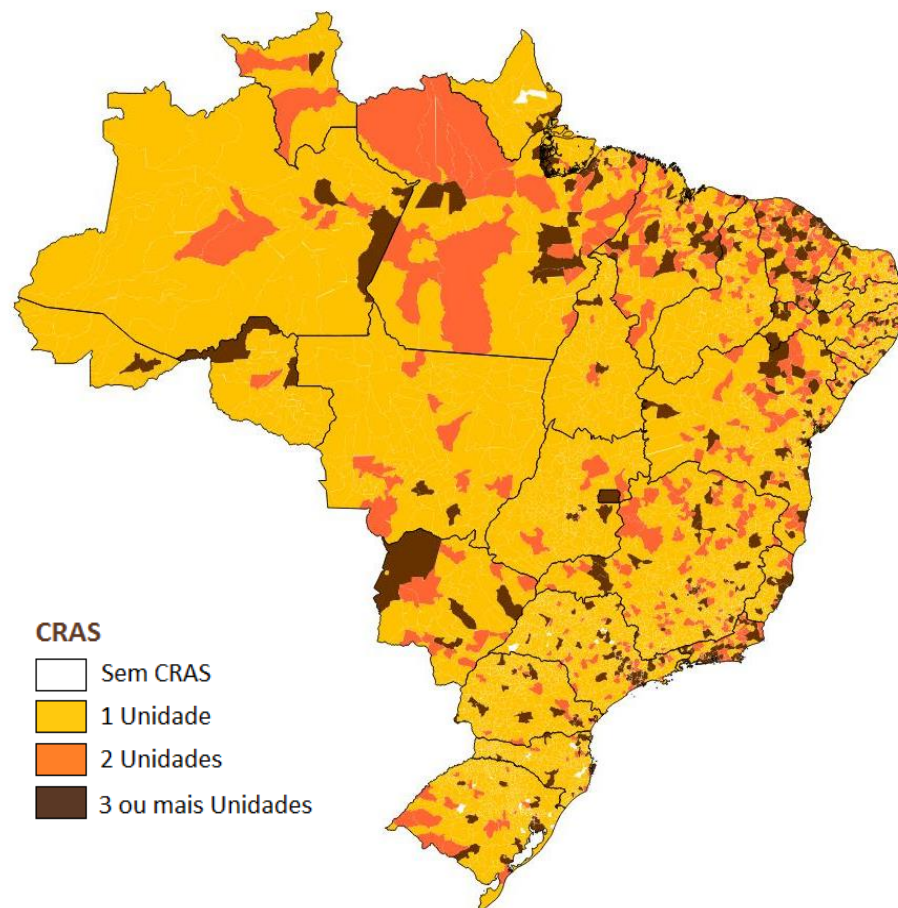
dos Municípios

2015: 99,6%

dos Municípios



(Rede Cofinanciada pelo MDS. Dezembro/15)

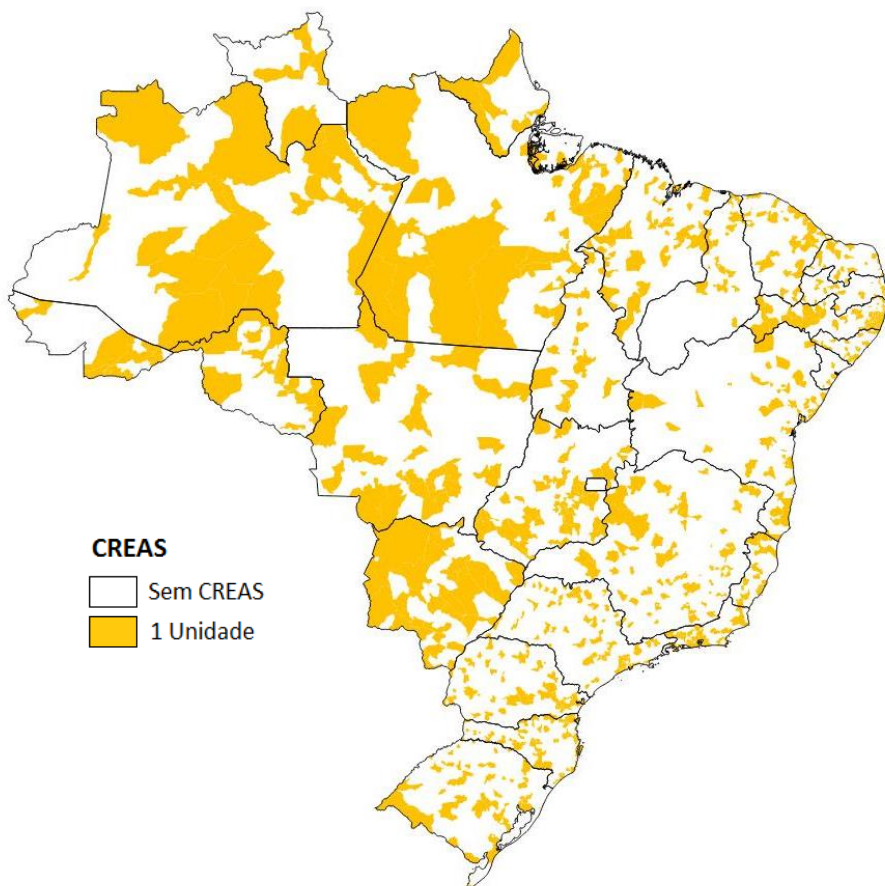


(Rede Cofinanciada pelo MDS. Junho/15)

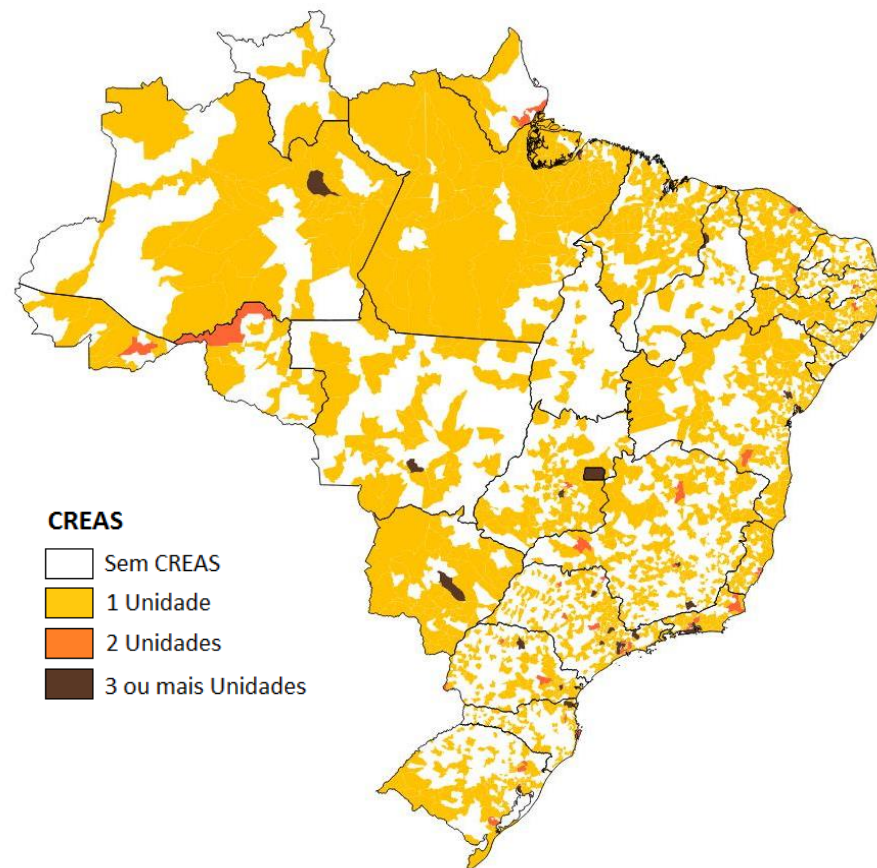
CREAS

**2005: 41% dos
Municípios com
mais de 20 mil hab.**

**2015: 97,2% dos
Municípios com mais
de 20 mil hab.**

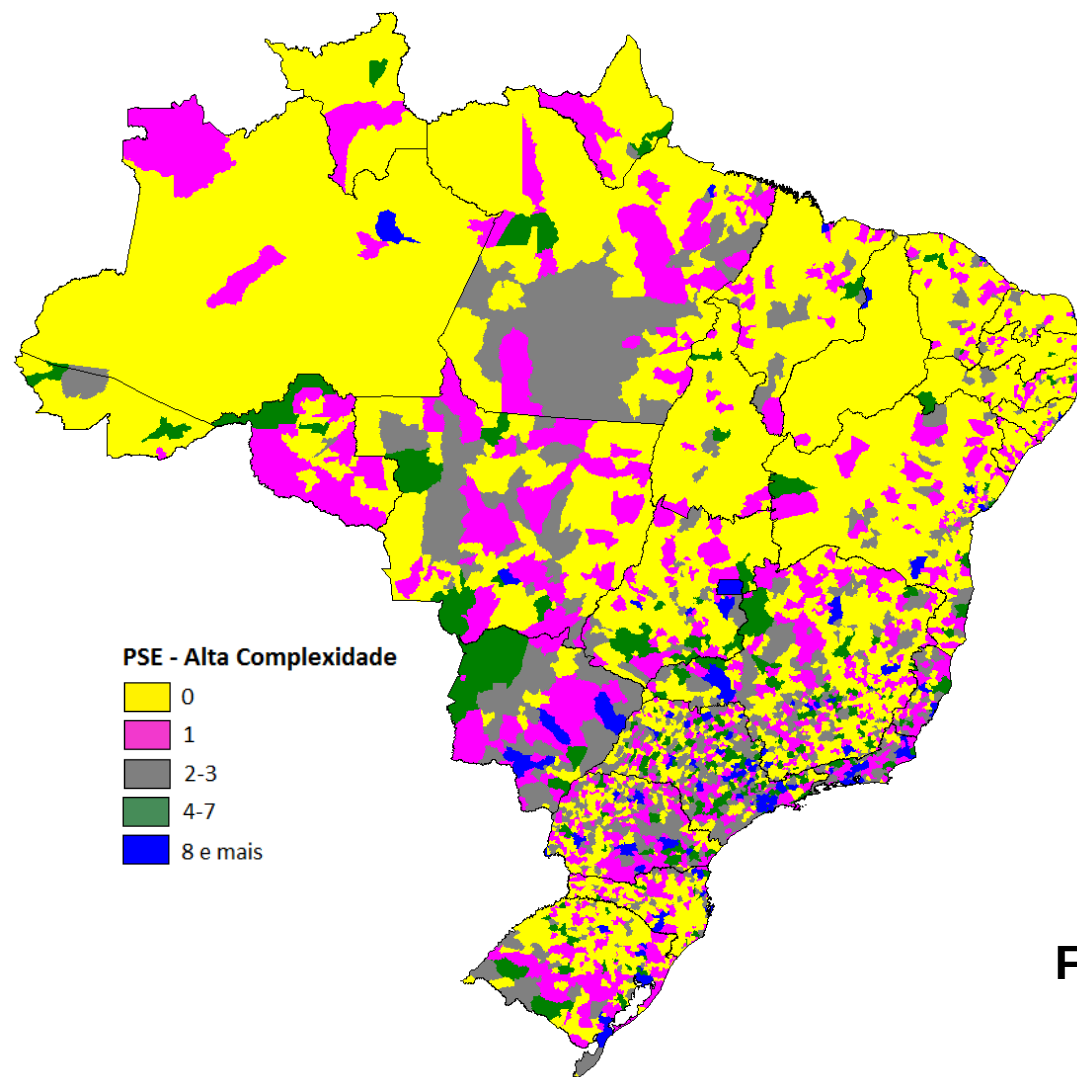


(Rede Cofinanciada pelo MDS, Dezembro/05)



(Rede Cofinanciada pelo MDS. Junho/15)

UNIDADES DE ACOLHIMENTO



**91,4 % dos
municípios**

Fonte: CENSO SUAS 2014

AGENDA ATUAL

MUDANÇAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E IMPACTOS NAS DESPROTEÇÕES:

- **DEMANDAS HISTÓRICAS:** idosos, pessoas com deficiência, equidades/desigualdades (negros, mulheres);
- **NOVAS DEMANDAS:** imigrantes, acirramento de preconceitos; nova configuração do trabalho infantil (mais associado a questões culturais), comunidades tradicionais; envelhecimento;

QUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS

- Modelagem das ofertas para atendimento às diversidades de públicos e territórios;
- Qualificação dos serviços e valorização dos trabalhadores
- Superação do velho modelo nas práticas de atendimento (conservadorismo e assistencialismo)



AGENDA ATUAL

DESAFIOS PARA O ARRANJO FEDERATIVO DO SUAS

- Responsabilidades municipais X capacidades de gestão dos municípios;
- Participação dos estados;
- Responsabilidade compartilhada no cofinanciamento (parâmetros insuficientes);
- Cobertura de serviços nos pequenos municípios.

QUESTÕES POLÍTICAS

- Status da política de AS na agenda dos prefeitos e governadores;
- Conservadorismo político;
- Lógica privada do “primeiro damismo”.

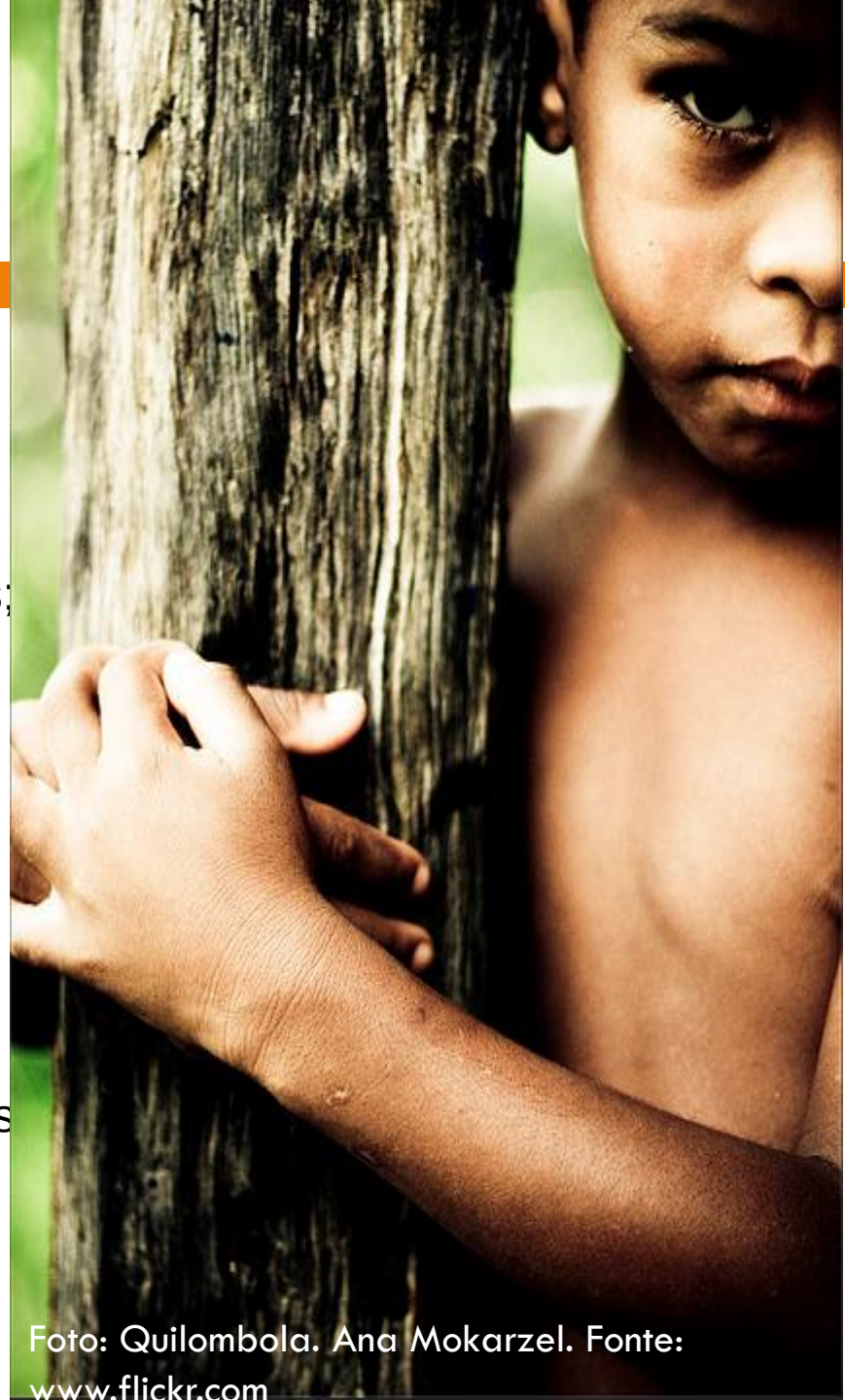


Foto: Quilombola. Ana Mokarzel. Fonte:
www.flickr.com

OBRIGADA!

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social

www.mds.gov.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTOS DO MDS: 0800 707 2003

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

